

Comandante da Polícia Militar prepara relatório sobre a compra de seis milhões de balas para a corporação. Alberto Fraga nega relação com o caso

Arruda pede explicação à PM

ANA MARIA CAMPOS,
RENATO ALVES E
ADRIANA BERNARDES

DA EQUIPE DO CORREIO

A suspeita de ocorrência de gastos excessivos da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) com a compra de munição preocupou ontem o governador José Roberto Arruda (DEM). De manhã, ele pediu um relatório ao comandante-geral da PM, coronel Antônio Cerqueira, sobre a investigação, aberta a pedido do Ministério Público para apurar a aquisição de seis milhões de cartuchos calibre .40, de uso restrito da força policial, uma quantidade considerada seis vezes acima da necessidade anual da corporação. Arruda também pediu ao corregedor-geral do DF, Roberto Giffoni, uma avaliação sobre o caso. Os dois se reuniram na noite de ontem para tratar do assunto.

De Hong Kong, onde se encontra em viagem oficial, o secretário de Transportes, Alberto Fraga, também reagiu à reportagem publicada ontem. Ele disse que não teve nada a ver com a compra dos projéteis, já que o comando da PM tem autonomia administrativa para tomar decisões. O Correio mostrou que a fornecedora da munição, a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), é uma das principais colaboradoras das campanhas eleitorais de Fraga à Câmara dos Deputados. “Como alguém pode vincular a compra de munição à doação de campanha do deputado Alberto Fraga? Isso é de uma bestialidade tão grande. Não escondo de ninguém que meus doadores de campanha foram a Taurus e a CBC. O que é isso gente? Daqui para frente toda vez que alguém comprar munição vão citar o nome do Fraga?”, questionou.

As munições foram compradas e pagas pela PMDF quando o comandante da instituição era o coronel Antônio Serra, indicado por Fraga. Ele foi exonerado do comando em março passado. Arruda tomou a decisão um dia antes, após ser informado do relatório da Promotoria de Justiça Militar do DF em que Serra é acusado de acobertar PMs envolvidos em diversos crimes. Quando soube da troca de comando, Fraga mostrou irritação e anunciou a saída da secretaria de Transportes. Depois, recuou e voltou ao GDF.

O procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra, disse ontem que tem conhecimento da suspeita de irregularidades na compra da munição desde o início do ano e acompanha o caso. Há indícios de que o excesso de balas acabe provocando prejuízo aos cofres públicos, já que o prazo de validade definido pela fornecedora é de seis meses. “Queremos que a PM individualize a conduta de cada pessoa envolvida na compra, para que o Ministério Público ajuíze as ações de improbidade para responsabilização de quem cometeu irregularidades”, afirma Bandarra.

Resposta

Em nota, a PM afirmou que a munição adquirida é compatível com o efetivo da corporação e será usada nas instruções de tiro, que serão realizadas no decorrer de todo o ano. “A vida útil da munição armazenada em condições adequadas pode se prolongar por vários anos”, acrescenta. A forma de pagamento à CBC, segundo a corporação, é alvo do Inquérito Policial Militar (IPM) em curso.

Cristiano Mariz/Esp. CB - 5/12/07



BANDARRA: “QUEREMOS QUE A PM INDIVIDUALIZE A CONDUTA DE CADA PESSOA ENVOLVIDA NA COMPRA”